

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	59
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	60
-------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	63
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
<b>Total</b>	<b>556.799.050</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	3.045.493	2.871.877
1.01	Ativo Circulante	420.620	377.816
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	171.640	56.760
1.01.02	Aplicações Financeiras	208.010	278.769
1.01.03	Contas a Receber	33.735	36.447
1.01.03.01	Clientes	33.735	36.447
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.125	3.323
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.125	3.323
1.01.07	Despesas Antecipadas	371	2.377
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	739	140
1.02	Ativo Não Circulante	2.624.873	2.494.061
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	192.488	193.461
1.02.01.03	Contas a Receber	3.811	1.601
1.02.01.06	Tributos Diferidos	188.677	191.860
1.02.03	Imobilizado	3.827	1.799
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.827	1.799
1.02.04	Intangível	2.428.558	2.298.801
1.02.04.01	Intangíveis	2.428.558	2.298.801
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.184.123	1.198.037
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	1.244.435	1.100.764

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	3.045.493	2.871.877
2.01	Passivo Circulante	288.714	189.967
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.213	8.530
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.732	1.376
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.481	7.154
2.01.02	Fornecedores	18.222	19.866
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.222	19.866
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.323	5.058
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.001	2.535
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.322	2.523
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	243.288	153.005
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	126.756	55.873
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	126.756	55.873
2.01.04.02	Debêntures	116.532	97.132
2.01.05	Outras Obrigações	13.668	3.508
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.971	2.631
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	12.971	2.631
2.01.05.02	Outros	697	877
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	628	760
2.01.05.02.05	Outros passivos	69	117
2.02	Passivo Não Circulante	1.994.260	1.925.806
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.687.375	1.632.597
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	364.708	346.175
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	364.708	346.175
2.02.01.02	Debêntures	1.322.667	1.286.422
2.02.02	Outras Obrigações	303.353	290.110
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	303.353	290.110
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	303.353	290.110
2.02.04	Provisões	3.532	3.099
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	485	485
2.02.04.02	Outras Provisões	3.047	2.614
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	3.047	2.614
2.03	Patrimônio Líquido	762.519	756.104
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	3.317	3.317
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.415	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	401.081	304.313
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-223.043	-134.827
3.03	Resultado Bruto	178.038	169.486
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.237	-13.974
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.633	-13.956
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-12.917	-12.649
3.04.02.02	Honorários dos Administradores	-1.716	-1.307
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-604	-18
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	162.801	155.512
3.06	Resultado Financeiro	-153.203	-120.150
3.06.01	Receitas Financeiras	16.689	7.528
3.06.02	Despesas Financeiras	-169.892	-127.678
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.598	35.362
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.183	-12.031
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.415	23.331
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.415	23.331
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	94.634	112.457
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	186.032	178.364
6.01.01.01	Lucro do semestre antes do imposto de renda e da contribuição social	9.598	35.362
6.01.01.02	Depreciação e amortização	25.301	16.896
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	282	255
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	150.711	126.657
6.01.01.05	Margem de Construção - Infraestrutura	-1.561	-804
6.01.01.06	Provisão para contingências	0	-34
6.01.01.07	Perda na baixa de Intangível	1.701	32
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.768	6.431
6.01.02.01	Contas a Receber	2.712	364
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.981	-1.637
6.01.02.03	Despesas antecipadas	2.006	1.881
6.01.02.04	Outros ativos	-2.809	4.402
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	683	1.640
6.01.02.06	Fornecedores	-1.644	-62
6.01.02.07	Tributos a pagar	-735	-157
6.01.03	Outros	-88.630	-72.338
6.01.03.01	Juros Pagos - BNDES	-23.505	-11.454
6.01.03.02	Juros pagos - Debêntures	-65.125	-60.884
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-69.816	-79.667
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-2.603	-277
6.02.02	Adições ao intangível	-154.623	-79.390
6.02.03	Aplicações financeiras	87.410	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	90.062	23.034
6.03.01	Captação de empréstimos	117.110	35.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-27.048	-11.966
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	114.880	55.824
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.760	204.500
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	171.640	260.324

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	3.317	0	0	756.104
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	3.317	0	0	756.104
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.415	0	6.415
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.415	0	6.415
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	3.317	6.415	0	762.519

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.331	0	23.331
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.331	0	23.331
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	0	-32.744	0	720.043



**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
7.01	Receitas	424.359	325.590
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-186.785	-111.479
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-186.785	-111.479
7.03	Valor Adicionado Bruto	237.574	214.111
7.04	Retenções	-25.301	-16.896
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.301	-16.896
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	212.273	197.215
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.085	7.544
7.06.02	Receitas Financeiras	16.689	7.528
7.06.03	Outros	-604	16
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	228.358	204.759
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	228.358	204.759
7.08.01	Pessoal	18.471	14.012
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.318	10.555
7.08.01.02	Benefícios	3.311	2.771
7.08.01.03	F.G.T.S.	842	686
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.988	35.277
7.08.02.01	Federais	15.496	22.965
7.08.02.02	Estaduais	88	61
7.08.02.03	Municipais	13.404	12.251
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	174.484	132.139
7.08.03.01	Juros	169.892	127.678
7.08.03.02	Aluguéis	3.736	3.738
7.08.03.03	Outras	856	723
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.415	23.331
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.415	23.331



**Itatiba, 13 de Agosto de 2014** - A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”) divulga hoje seus resultados referente ao segundo trimestre de 2014 (**2T14**).

## 1. Perfil da Companhia

Em abril de 2009, a Companhia assumiu a operação e a administração, sob o regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I (“Corredor”), formado pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 - Anel Sul de Campinas e via perimetral de Itatiba e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Dom Pedro I com prazo de concessão de 30 anos, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema; (ii) o apoio na execução dos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os trechos das rodovias administradas pela Companhia estão localizados na interligação entre a região da cidade de Campinas e o Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, que abrangem 17 municípios. As rodovias sob concessão são quase totalmente interligadas, permitindo o aproveitamento de sinergias operacionais, sendo que a interligação completa deverá ser alcançada nos próximos anos com a conclusão das obras da via perimetral de Itatiba.



O transporte de cargas no Brasil é predominantemente rodoviário e a região do Corredor Dom Pedro I se caracteriza pelo privilégio da multipluralidade de indústrias e seus diversos polos econômicos geradores de grandes volumes de mercadorias e bens. A área de influência da região do Corredor abrange a Região Metropolitana de São Paulo, a Região Metropolitana de Campinas, o Vale do Paraíba, Norte do Rio de Janeiro e o Sul de Minas.

Agradecemos aos usuários, aos acionistas, aos colaboradores, ao Governo do Estado de São Paulo e à ARTESP, às instituições financeiras, à Polícia Militar Rodoviária e demais parceiros, pela confiança, apoio e parceria, contribuições fundamentais para o sucesso dessa promissora trajetória.

## 2. Sumário Executivo

A economia mundial neste **2T14** continua dando sinais de melhora, com o aumento dos empregos formais nos Estados Unidos, o crescimento da China estabilizado e juros baixos nos países desenvolvidos, dando condições positivas aos países emergentes.





O Brasil segue em ritmo moderado com risco de baixa. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o setor industrial nacional apresentou variação negativa de 3,4% no acumulado de 2014 em relação ao acumulado de 2013, na série sem ajuste sazonal. A economia brasileira deve ficar em torno de 0,7% em 2014. A inflação até o fim do ano deve chegar à taxa de 6,5% segundo o relatório Focus, do Banco Central.

A Companhia registrou no **1S14**, um aumento no tráfego de veículos equivalentes (“VEQ”) de 9,4% em comparação ao **1S13**, decorrente deste aumento a Receita Bruta de pedágio ficou 9,6% acima se comparada com o mesmo período do ano anterior, o que mostra o bom desempenho da Companhia, em decorrência das melhorias realizadas nas rodovias do Corredor Dom Pedro I.



No **2T14**, o EBTIDA da Companhia teve crescimento de 6,6% quando comparado ao **2T13**. Essa variação positiva deve-se principalmente, ao aumento da receita da Companhia.

### **Destaques 2T14**

-  Crescimento de 7,9% do tráfego em VEQ;
-  R\$ 205,1 milhões de Receita Líquida;
-  Crescimento de 19,5% no Resultado Bruto;
-  EBITDA de R\$ 91,5 milhões.

### **3. Desempenho Econômico Financeiro**

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As informações não contábeis não constituem objeto de revisão por parte dos auditores independentes.



## Tráfego

Tráfego						milhares
Categoria	2T14	2T13	Var. %	1S14	1S13	Var. %
<b>Pesado</b>	14.655	13.408	9,3%	29.149	26.049	11,9%
<b>%Veic. Eq. Totais</b>	62,5%	61,7%	0,8 p.p.	61,7%	60,3%	1,4 p.p.
<b>Leve</b>	8.781	8.314	5,6%	18.122	17.168	5,6%
<b>%Veic. Eq. Totais</b>	37,5%	38,3%	-0,8 p.p.	38,3%	39,7%	-1,4 p.p.
<b>Total Veq.</b>	<b>23.436</b>	<b>21.722</b>	<b>7,9%</b>	<b>47.271</b>	<b>43.217</b>	<b>9,4%</b>

*Nota: Veículos equivalentes (“VEQ”) é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado, resultante do produto entre o volume de tráfego por categoria (número de eixos).*

No **2T14**, o tráfego pedagiado atingiu um total de 23.436 mil de veículos equivalentes, apresentando crescimento de 7,9% frente aos 21.722 mil do **2T13**.

De acordo com o índice da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (“ABCR”), **1S14**, no Estado de São Paulo, os veículos leves cresceram 6,3% e os veículos pesados reduziram 1,7%, em comparação ao **1S13**. O crescimento de veículos leves apresentado pela Companhia ficou levemente abaixo ao crescimento do Estado de São Paulo, o principal motivo dessa queda foi devido a Copa do Mundo no Brasil que fez com que o tráfego diminuísse durante os jogos da seleção brasileira, o crescimento de veículos pesados foi expressivamente superior ao crescimento apresentado pelo Estado de São Paulo.



## Receita Bruta

Receita Bruta				Em milhares de reais		
Descrição	2T14	2T13	Var. %	1S14	1S13	Var. %
Receita de Pedágio	131.682	121.887	8,0%	266.239	243.000	9,6%
<i>% Receita Totais</i>	<i>60,8%</i>	<i>67,3%</i>	<i>-6,5 p.p.</i>	<i>62,7%</i>	<i>74,6%</i>	<i>-11,9 p.p.</i>
Receita Acessórias e Outras	1.071	1.066	0,5%	2.009	2.205	-8,9%
<i>% Receita Totais</i>	<i>0,5%</i>	<i>0,6%</i>	<i>-0,1 p.p.</i>	<i>0,5%</i>	<i>0,7%</i>	<i>-0,2 p.p.</i>
Receita de Construção	83.864	58.280	43,9%	156.111	80.385	94,2%
<i>% Receita Totais</i>	<i>38,7%</i>	<i>32,2%</i>	<i>6,5 p.p.</i>	<i>36,8%</i>	<i>24,7%</i>	<i>12,1 p.p.</i>
<b>Total</b>	<b>216.617</b>	<b>181.233</b>	<b>19,5%</b>	<b>424.359</b>	<b>325.590</b>	<b>30,3%</b>
<i>% Cobrança Eletrônica sobre Receita de Pedágio</i>	<i>136,0%</i>	<i>61,4%</i>	<i>74,6 p.p.</i>	<i>125,9%</i>	<i>119,2%</i>	<i>7 p.p.</i>

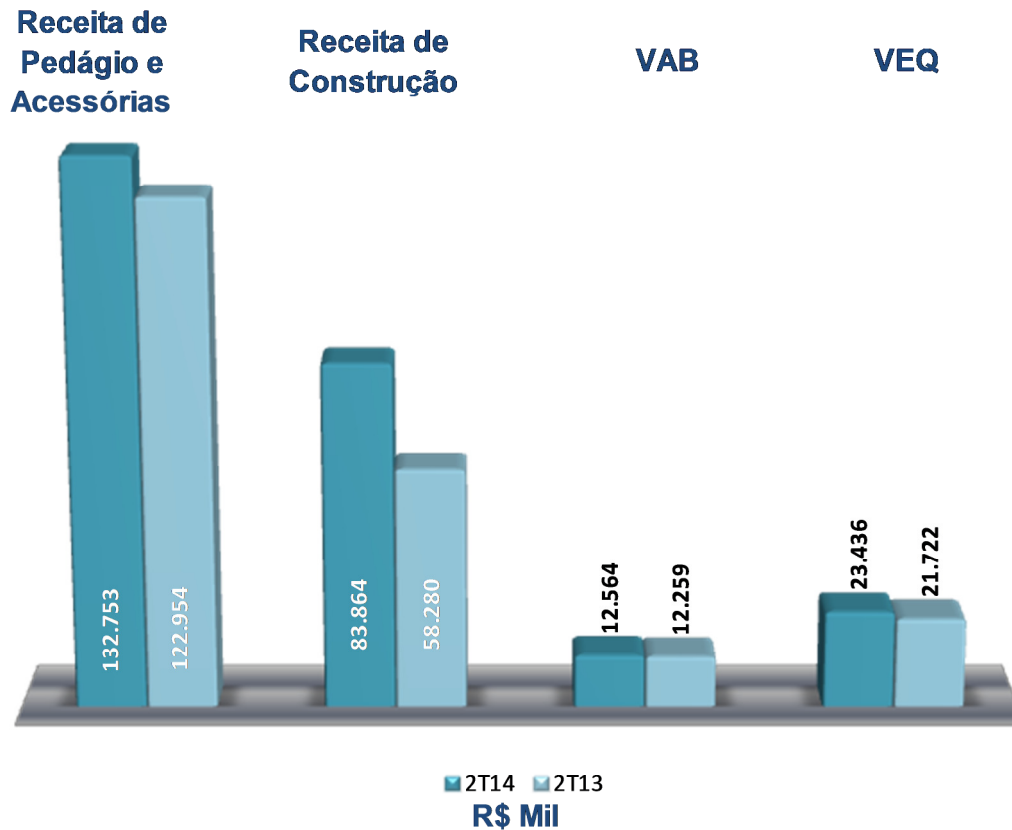
Receita Líquida				Em milhares de reais		
Impostos e contribuições sobre serviço	(11.521)	(10.669)	8,0%	(23.278)	(21.277)	9,4%
<b>Total</b>	<b>205.096</b>	<b>170.564</b>	<b>20,2%</b>	<b>401.081</b>	<b>304.313</b>	<b>31,8%</b>

A **Receita Bruta** da Companhia, composta pelas Receitas de Pedágio, Receitas Acessórias e Receita de Construção, totalizou R\$ 216.617 mil, gerando crescimento de 19,5% no **2T14** em relação ao mesmo período do ano anterior. A contribuição para este resultado foi decorrente principalmente, da Receita de Construção, que neste trimestre cresceu R\$ 25.584 mil ante ao mesmo período do ano anterior, representando 38,7% do total da variação da Receita Bruta, crescimento decorrente do montante de investimentos no período.

No mesmo período as **Receitas de Pedágio** apresentaram um aumento de 8,0% quando comparado ao **2T13**. Essa variação positiva é reflexo do aumento do volume de tráfego pedagiado.



Neste **2T14**, as deduções sobre a receita bruta, decorrentes da tributação pelo regime de lucro real, totalizaram R\$ 11.521 mil ante os R\$ 10.669 mil do **2T13**, um crescimento de 8,0% devido ao crescimento das receitas.



## Custos e Despesas

Os Custos Operacionais e as Despesas Gerais e Administrativas refletem os Custos com Manutenção e Conservação da Rodovia, Gastos com Pessoal, bem como a Outorga Variável da Concessão e os Custos de Construção.

Custos Operacionais/Despesas Administrativas				Em milhares de reais		
Descrição	2T14	2T13	Var. %	1S14	1S13	Var. %
Custos Operacionais	(118.534)	(85.604)	38,5%	(223.043)	(134.827)	65,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(7.959)	(7.463)	6,6%	(14.633)	(13.956)	4,9%
<b>Total</b>	<b>(126.493)</b>	<b>(93.067)</b>	<b>35,9%</b>	<b>(237.676)</b>	<b>(148.783)</b>	<b>59,7%</b>



As Despesas Gerais e Administrativas permaneceram praticamente em linha, apresentando uma variação de 6,6% no **2T14**, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Neste **2T14** os gastos consolidados da Companhia totalizaram R\$ 126.493 mil apresentando aumento de 35,9% quando comparado ao **2T13**. O aumento citado refere-se, principalmente, aos Custos de Construção, proveniente do total de investimentos realizados pela Companhia.

Os Custos da Companhia totalizaram R\$ 118.534 mil no **2T14**, uma variação de 38,5% ante aos R\$ 85.604 mil do **2T13**, representados pelos Custos dos Serviços Prestados, Custos de Construção e Depreciação/Amortização, conforme quadro abaixo:

Custos Operacionais				Em milhares de reais		
Descrição	2T14	2T13	Var. %	1S14	1S13	Var. %
Custos dos Serviços Prestados	(22.565)	(19.568)	15,3%	(43.192)	(38.384)	12,5%
Custos de Construção	(83.025)	(57.697)	43,9%	(154.550)	(79.581)	94,2%
Depreciação/Amortização	(12.944)	(8.339)	55,2%	(25.301)	(16.862)	50,0%
<b>Total</b>	<b>(118.534)</b>	<b>(85.604)</b>	<b>38,5%</b>	<b>(223.043)</b>	<b>(134.827)</b>	<b>65,4%</b>

Neste trimestre, os Custos dos Serviços Prestados apresentaram uma variação de 15,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Os Custos de Construção apresentaram acréscimo de 43,9%, totalizando R\$ 83.025 mil. O acréscimo está relacionado aos investimentos realizados no período.

Os Custos com Depreciação/Amortização apresentaram um acréscimo no **2T14** de 55,2%, totalizando o montante de R\$ 12.944 mil. Os acréscimos observados também estão atrelados ao aumento do volume de investimentos no período.





A depreciação do imobilizado é calculada considerando o tempo de vida útil de cada bem previstos na legislação vigente e a amortização do intangível é calculada conforme orienta a Interpretação Técnica ICPC01, pela curva de tráfego sobre os investimentos realizados em infraestrutura.

As variações ocorridas nas rubricas de Despesas Administrativas e Custos Serviços Prestados foram basicamente em virtude do incremento no quadro de pessoal, do dissídio coletivo sobre a folha de pagamentos e dos reajustes contratuais de serviços prestados por terceiros.

## EBITDA

EBITDA							Em milhares de reais
Descrição	2T14	2T13	Var. %	1S14	1S13	Var. %	
Resultado Líquido do Período	2.181	15.096	-85,6%	6.415	23.331	-72,5%	
(+/-) Imp. De Renda e Contrib. Social Diferidos	1.000	7.810	-87,2%	3.183	12.031	-73,5%	
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	75.378	54.589	38,1%	153.203	120.150	27,5%	
(+/-) Depreciação / Amortização	12.944	8.339	55,2%	25.301	16.896	49,7%	
<b>EBITDA</b>	<b>91.503</b>	<b>85.834</b>	<b>6,6%</b>	<b>188.102</b>	<b>172.408</b>	<b>9,1%</b>	
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>44,6%</i>	<i>50,3%</i>	<i>-5,7 p.p.</i>	<i>46,9%</i>	<i>56,7%</i>	<i>-9,8 p.p.</i>	

O EBITDA atingiu no **2T14**, o montante de R\$ 91.503 mil, registrando aumento de R\$ 5.669 mil ante ao mesmo período do exercício anterior. O reflexo deste acréscimo é devido ao crescimento do tráfego, gerando impactos positivos nas receitas.



EBITDA ajustado s/ IFRS				Em milhares de reais		
Descrição	2T14	2T13	Var. %	1S14	1S13	Var. %
EBITDA	91.503	85.834	6,6%	188.102	172.408	9,1%
Margem de Construção <sup>1</sup>	(839)	(583)	43,9%	(1.561)	(804)	94,2%
Provisão Conserva Especial <sup>2</sup>	144	129	11,3%	284	255	11,3%
Outras receitas (despesas), líquidas	44	2	2340,7%	604	18	3255,6%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>90.852</b>	<b>85.382</b>	<b>6,4%</b>	<b>187.429</b>	<b>171.877</b>	<b>9,0%</b>
<i>Margem EBITDA Ajustado (%)</i>	<i>74,9%</i>	<i>76,0%</i>	<i>-1,2 p.p.</i>	<i>76,5%</i>	<i>76,8%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>

<sup>1</sup> É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

<sup>2</sup> Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura

## Resultado Financeiro

Resultado Financeiro				Em milhares de reais		
Descrição	2T14	2T13	Var. %	1S14	1S13	Var. %
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>9.120</b>	<b>4.248</b>	<b>114,7%</b>	<b>16.689</b>	<b>7.528</b>	<b>121,7%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(84.498)</b>	<b>(58.837)</b>	<b>43,7%</b>	<b>(169.892)</b>	<b>(127.678)</b>	<b>33,1%</b>
Juros sobre empréstimos e debêntures	(81.705)	(58.564)	39,5%	(164.552)	(126.552)	30,0%
IOF sobre empréstimos tomados	1	-	-	(774)	(307)	152,1%
Comissões bancárias sobre emprést	(1.370)	(211)	549,3%	(1.733)	(701)	147,2%
Outras	(1.424)	(62)	2.196,8%	(2.833)	(118)	2300,8%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(75.378)</b>	<b>(54.589)</b>	<b>38,1%</b>	<b>(153.203)</b>	<b>(120.150)</b>	<b>27,5%</b>

No **2T14**, o **Resultado Financeiro Líquido** da Companhia atingiu o valor de R\$ 75.378 mil negativos ante aos R\$ 54.589 mil negativos do mesmo período de 2013, variando 38,1%, reflexo pela contratação do Mútuo com Parte Relacionada posteriormente ao **2T13**.

As **Receitas Financeiras** totalizaram R\$ 9.120 mil no **2T14**, ante aos R\$ 4.248 mil do **2T13**. As variações positivas são decorrentes do aumento no volume de caixa da Companhia no período.



As **Despesas Financeiras** da Companhia estão principalmente impactadas pelo acréscimo nos juros sobre empréstimos e debêntures, que no **2T14** apresentaram crescimento de 39,5% em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 81.705 mil.

### Partes Relacionadas

Partes relacionadas	Em milhares de reais		
	Descrição	2T14	Var. %
	Operações de mútuo	316.324	100,00%
	<b>Total com Partes Relacionadas</b>	<b>316.324</b>	100,00%

A Companhia encerrou o **2T14** com o saldo de Partes Relacionadas no valor de R\$ 316.324 mil, referente a Operações de Mútuo celebrado com sua controladora Odebrecht Transport S.A. ("OTP"), subordinado às Debêntures e ao Financiamento do BNDES. Os recursos captados por meio desta operação de Mútuo deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para ampliações e melhoramentos no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

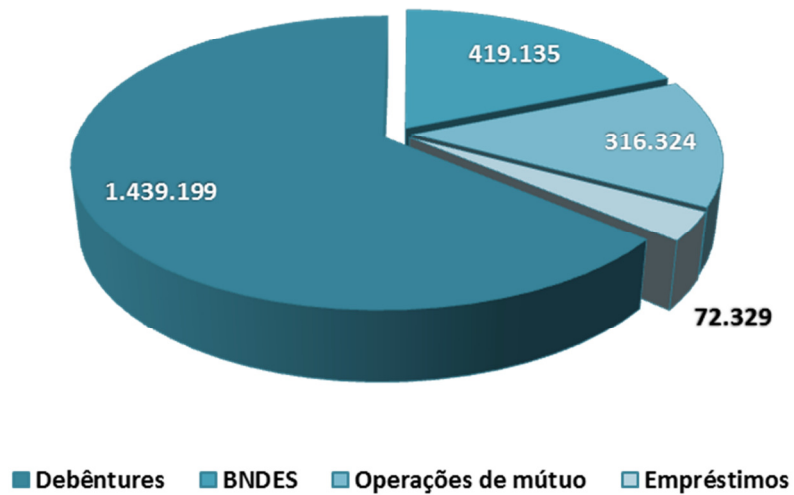


## Endividamento

Endividamento/Disponibilidades saldos em:		Em milhares de reais	
Descrição	30 de junho de 2014	31 de março de 2014	Var. %
<b>Dívida Bruta</b>	<b>2.246.987</b>	<b>2.149.537</b>	<b>4,5%</b>
Empréstimos e Debêntures	1.930.663	1.844.758	4,7%
Operações de mútuo	316.324	304.779	3,8%
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(171.640)</b>	<b>(134.114)</b>	<b>28,0%</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>2.075.347</b>	<b>2.015.423</b>	<b>3,0%</b>

O Endividamento da Companhia no **2T14** apresentou um acréscimo de 4,5% comparado ao **1T14**, totalizando R\$ 2.246.987 mil. Todo endividamento da Companhia é 100% denominado em moeda nacional.

Composição da Dívida Bruta		Em milhares de reais	
Descrição	2T14	%	
Debêntures	1.439.199	64,1%	
BNDES	419.135	18,7%	
Operações de mútuo	316.324	14,1%	
Empréstimos	72.329	3,2%	
<b>Total</b>	<b>2.246.987</b>	<b>100,0%</b>	



*Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.*



## Investimentos

A Companhia encerrou o **1S14** totalizando R\$ 1.312.513 mil em Investimentos.

Investimentos - saldo em:		Em milhares de reais	
Descrição	30 de junho de 2014	31 de março de 2014	Var. %
Edificações e Instalações	257.471	256.661	0,3%
Pavimentações e Conservação	385.298	377.248	2,1%
Hardware e equip. pedágio	64.723	64.195	0,8%
Demais melhorias e ampliações	284.435	265.691	7,1%
Desapropriações	103.212	101.460	1,7%
Máquinas e equipamentos	5.255	4.887	7,5%
Móveis e Utensílios	2.374	2.080	14,1%
Veículos	3.270	2.601	25,7%
Meio Ambiente/Elementos Seg.	30.744	28.863	6,5%
Obras em Andamento	175.015	122.905	42,4%
Software	716	693	3,3%
Outros			
<b>Total</b>	<b>1.312.513</b>	<b>1.227.284</b>	<b>6,9%</b>

No **2T14** a Companhia realizou investimentos com o intuito de oferecer cada vez mais segurança e conforto aos usuários que circulam pelo Corredor Dom Pedro I. Abaixo seguem os principais investimentos realizados no período:

- ✓ Entrega da duplicação na Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360);
- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065);
- ✓ Obras de recuperação e conservação nos dispositivos viários, entre eles, pontes, viadutos e passarelas;



- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento, micro revestimento impermeável e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como, barreiras de concreto e defensas metálicas;
- ✓ Prolongamento do anel viário na Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083).

Os recursos destinados a investimentos são provenientes da linha de crédito contratada junto ao BNDES, do contrato de Mútuo com Parte Relacionada e complementado pela geração de caixa da Companhia.

### Outras Informações Contábeis

Outras Informações Contábeis		Em milhares de reais	
Descrição	30 de junho de 2014	31 de março de 2014	
Patrimônio Líquido	762.519	760.338	
Ativo Total	3.045.493	2.969.218	
Resultado Líquido	2.181	4.234	
Número de Ações Integralizadas	556.799	556.799	
Valor Patrimonial da Ação (R\$)	1,37	1,37	
Lucro Básico por lote de mil ações (R\$)	3,92	7,60	

A Companhia encerrou o **2T14** com capital social subscrito representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por lote de mil ações, sendo sua totalidade pertencente à OTP.



## 4. Informações sobre a Companhia

### Indicadores Operacionais

A Companhia realizou aproximadamente dezoito mil atendimentos no **2T14**. Os atendimentos estão abaixo relacionados:

- ✓ 60,4% de serviços de inspeção;
- ✓ 24,4% de serviços de guinchos;
- ✓ 9,9% de serviços mecânicos;
- ✓ 4,2% de serviços pré-hospitalares e;
- ✓ 1,1% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

### Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht (“TEO”), como ferramenta fundamental na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na capacidade de auto desenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante.

A seguir, informações referentes ao **2T14** e **2T13**:





<b>Gestão de Pessoas</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>
<b>Número de Funcionários</b>		
Diretos	659	563
Indiretos	1.195	819
<b>Valores Investidos (R\$ Mil)</b>		
Treinamento	131	52
Previdência	101	88

### **Menor Aprendiz**

A Companhia, em parceria com a Instituição Centro de Integração Empresa Escola (“C.I.E.E.”), por meio do Projeto Menor Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho.

## **5. Governança Corporativa**

Na Companhia o objetivo da governança corporativa é garantir que as melhores práticas adotadas pelo mercado sejam aplicadas na condução e gestão do negócio, alinhando a tomada de decisões que proporcione o crescimento e a perenidade do negócio com o retorno do investimento realizado pelos acionistas.

A Companhia, alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destaca as principais práticas adotadas atualmente:



## **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, e seus respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Todos os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

## **Auditoria e Demonstrações Financeiras**

Em 26 de março de 2014 a Companhia realizou a contratação de seu auditor independente para a prestação de serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis contidas nas Demonstrações Financeiras (“DFP”).

Não houve, neste período, a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não sejam os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

A Companhia adota práticas exigidas por legislação e regulamentação. A contratação de empresa de auditoria independente é também submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme regras previstas no Estatuto Social da Companhia.



## **Conduta e Código de Ética**

Existência de Código de Ética da Organização Odebrecht, aprovado e divulgado para todos os negócios do Grupo e, conseqüentemente, todos os seus integrantes.

## **Transparência e Gestão**

Existência de web site da área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das informações e resultados da Companhia.

Divulgação de forma tempestiva das informações trimestrais e anuais do negócio.

Utilização de práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

## **6. Sustentabilidade**

### **Responsabilidade Socioambiental**

No **2T14**, além das campanhas permanentes já divulgadas pela Companhia, tais como: Por Cima do Risco, Parada Legal de Carros, Caminhões e Motos, Caia na Rede, Programa Rota Saudável, Party e Rota da Educação, iniciaram-se as novas campanhas:

### **Turismo do saber**

Turismo do saber é um projeto social desenvolvido pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo e apoiado pela ARTESP. A iniciativa tem como objetivo possibilitar que alunos da rede pública de ensino, com idade entre



nove e onze anos, tenham a oportunidade de conhecer outras regiões ampliando o seu conhecimento.

### **Rota Reciclável**

A Rota das Bandeiras está implantando no Corredor Dom Pedro I o projeto social “Rota Reciclável”. Os objetivos principais estão relacionados à geração de emprego e renda para as comunidades carentes envolvidas com a atividade da reciclagem, além da preservação do meio ambiente. A Cooperativa Reviver, de Itatiba, é a primeira a receber o projeto, tendo como principal ação a construção de uma usina de reciclagem modelo, em uma área de 1.146 metros quadrados cedida pela Prefeitura do município.

O projeto Rota Reciclável propõe a realização de um ciclo de capacitação que teve início em janeiro de 2014 e acontecerá em formatos distintos: visitas e atividades de campo, palestras, reuniões, oficinas e consultorias técnicas com o objetivo de potencializar o aprendizado e alcançar resultados efetivos.

O ciclo de capacitação contará com o envolvimento de parceiros apoiadores e as atividades acontecerão por meio de recursos didáticos diversos, tais como visitas de campo, jogos, imagens, filmes e técnicas criativas ao ar livre.

O projeto propõe também ações de educação ambiental voltadas à sensibilização e à mobilização da população do Município de Itatiba, com foco nas comunidades atualmente atendidas pela coleta seletiva realizada pela Prefeitura, contribuindo para o descarte e a adequada destinação dos resíduos sólidos recicláveis.

### **Meio Ambiente**

A Companhia tem consciência da importância de seu papel ativo no desenvolvimento sustentável de sua malha viária. Para reforçar esse compromisso, investe fortemente na preservação e na recuperação ambiental



da região. A cada intervenção para a execução de algum tipo de melhoria nas rodovias é realizado um significativo e criterioso trabalho de compensação ambiental, com o objetivo de garantir o desenvolvimento social e econômico sustentável da região. Para cada árvore nativa afetada pelas obras de ampliação das rodovias, outras 25 mudas são plantadas, como medida de compensação.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1 Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”) foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (“ARTESP”), em 2 de abril de 2009.

O Corredor Dom Pedro I possui atualmente a extensão de 277 km e poderá ser acrescido da construção de 20 km adicionais, totalizando 297 km ao término da concessão. É constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

Em 30 de junho de 2010, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da publicação do Ofício CVM nº 16/2010.

As atividades são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados:

#### (a) Concessões públicas

<u>Objeto do contrato</u>	<u>Prazo</u>	<u>Poder Concedente</u>
Exploração do Sistema Rodoviário, que consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.	30 anos	Estado de São Paulo

Extinta a concessão, retornarão ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de julho de 2014.

#### 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações financeiras intermediárias incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de tráfego, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

### 2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras intermediárias estão descritas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas na categoria: Mantidas até o vencimento e encontram-se registrados ao valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

#### (c) Ativos financeiros

##### Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 30 de junho de 2014, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 8).

#### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 30 de junho de 2014, compreendem as rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Contas a receber" e "Outros ativos" (Notas 7, 8 e 9).

#### Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações de *hedge*.

#### (d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

#### (e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

#### (f) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras intermediárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 10).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.



## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras intermediárias.

#### (g) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

#### (h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

#### (i) Ativos intangíveis

##### (i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme interpretação técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

##### (ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 12.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (III) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados pela curva de tráfego.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga”, no ativo intangível (Nota 12 (a)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de tráfego utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 8% a.a., taxa essa estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

#### (j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 2 anos, descontados a valor presente de 11,2% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço, totalizando em 30 de junho de 2014 – R\$ 3.047 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 2.614).

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

#### (k) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### (l) Credor pela aquisição da concessão

Os credores pela concessão estão registrados no passivo circulante, a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

#### (m) Empréstimos e Debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

#### (n) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(o) Reconhecimento de receita****(i) Receita de serviço**

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

**(ii) Receita de construção**

A receita de construção é reconhecida pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção.

Para apuração do valor justo, a Companhia utiliza o custo de construção, mais 1% de margem.

<u>Receita de construção</u>		<u>Custo de construção</u>		<u>Margem de lucro</u>	
<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>156.111</u>	<u>80.385</u>	<u>(154.550)</u>	<u>(79.581)</u>	<u>1.561</u>	<u>804</u>

**(p) Regime Tributário de Transição – RTT**

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015, ou com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014, desde que seja feita uma opção pelo contribuinte. A sua adoção antecipada para 2014 elimina os efeitos do RTT, trazendo novas regras de apuração de tributos. A Companhia está analisando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, devendo se manifestar até o prazo estabelecido pela legislação.

**(q) Benefícios a empregados****Obrigações de aposentadoria**

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (“ODEPREV”), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (“ODB”), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 foram de R\$ 101 e R\$ 88, respectivamente.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

#### (r) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 30 de junho de 2014, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 3.777 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 4.099).

#### 2.3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A sua adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e também não foi adotada pela Companhia.

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

#### 2.4 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o semestre findo em 30 de junho de 2014 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### (a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o semestre findo em 30 de junho de 2014 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

#### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas novas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 10).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

#### (c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

#### (d) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01.

#### (e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

#### 4 Gestão de risco financeiro

##### (a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

##### (b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

##### (c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano (ii)</u>	<u>Entre um e dois anos (ii)</u>	<u>Entre dois e cinco anos (ii)</u>	<u>Acima de cinco anos (ii)</u>
<b>Em 30 de junho de 2014</b>				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	18.920			
BNDES (i)	77.892	79.293	220.157	196.926
Debêntures (i)	163.488	185.815	625.641	2.432.381
Empréstimos (i)	73.982			
Partes Relacionadas (i)	20.872	22.952	77.097	802.795
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	20.745			
BNDES (i)	76.615	69.898	201.015	208.246
Debêntures (i)	140.288	173.182	612.440	2.440.590
Partes Relacionadas (i)	21.569	22.319	73.750	767.055

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**(i)** Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações.

**(ii)** As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração.

**(iii)** A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

#### **(d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação**

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

##### **Análise de sensibilidade**

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e da taxa de juros CDI (Certificado de Depósito Interbancário), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

##### **(i) Seleção dos riscos**

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP, o índice de inflação IPCA e a taxa de juros CDI.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(ii) Seleção dos cenários**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP, no índice de inflação IPCA e na taxa de juros CDI foram consideradas as projeções apresentadas abaixo\*:

Indicador	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
IPCA	6,5%	6,8%	6,5%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
CDI	10,8%	11,9%										

(\* Fonte: Projeção Banco Santander - 30/06/2014)

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP, no índice de inflação IPCA e na taxa de juros CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP (*)	5,00%	6,25%	7,50%
IPCA (*)	5,40%	6,76%	8,11%
CDI (**)	11,31%	14,14%	16,97%

(\*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2014 a 2025 das taxas de TJLP e IPCA apresentada acima.

(\*\*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2014 a 2015 das taxas de CDI apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

**(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	abr/25	Alta na TJLP	113.951	132.732	151.305



**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	2.318.325	2.594.935	2.894.779
Empréstimo BNDES	mai/22	Alta no IPCA	46.613	52.301	57.985
Mútuo	out/25	Alta no IPCA	623.716	743.285	878.100

**(v) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - CDI**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros CDI, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo HSBC	jan/15	Alta no CDI	3.987	4.347	4.704

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o semestre findo em 30 de junho de 2014.

**(e) Exposição a riscos de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia apresentou valores a receber do CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("CGMP") no montante de R\$ 31.270 (31 de dezembro 2013 - R\$ 34.016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

crédito oriundo destas contas a receber, por considerar que o mesmo esteja mitigado entre as concessionárias do setor rodoviário.

#### (f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

#### (g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

#### 4.1 Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro 2013 podem ser assim sumariados:

	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 13)	1.930.663	1.785.602
Operações de mútuo (Nota 14)	316.324	292.741
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(171.640)	(56.760)
Aplicações financeiras (Nota 8)	<u>(208.010)</u>	<u>(278.769)</u>
Dívida líquida	<u>1.867.337</u>	<u>1.742.814</u>
Total do patrimônio líquido	<u>762.519</u>	<u>756.104</u>
Total do capital	<u>2.629.856</u>	<u>2.498.918</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>71</u>	<u>70</u>

#### 4.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**5 Instrumentos financeiros por categoria**

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa			171.640	56.760
Aplicações financeiras	208.010	278.769		
Contas a receber e demais contas a receber			38.285	38.188
	<u>208.010</u>	<u>278.769</u>	<u>209.925</u>	<u>94.948</u>
			Outros passivos financeiros	
			30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			1.930.663	1.785.602
Operações de mútuo			316.324	292.741
Fornecedores e outras obrigações			21.966	23.357
			<u>2.268.953</u>	<u>2.101.700</u>

**6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Avaliação de risco *	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
<b>Contas a receber</b>			
Contra partes sem classificação externa de crédito			
CGMP		31.270	34.016
Outros		2.465	2.431
<b>Total de contas a receber</b>		<u>33.735</u>	<u>36.447</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>			
Contra partes com classificação externa de crédito			
Banco BTG Pactual	Aaa	241.513	219.596
Banco Caixa Econômica Federal	Aaa	72.994	66.466
Banco Santander	Aaa	32.841	29.830
Banco Votorantim	Aaa	22.302	11.667
Banco do Brasil	Aaa	6.763	4.764
Banco HSBC	Aaa	2	12
Banco Bradesco	Aaa	1	2
Banco Itaú	Aaa	2	2
		<u>376.418</u>	<u>332.339</u>
Contra partes sem classificação externa de crédito			
Caixa Geral		1.050	534
Numerário em Trânsito		1.753	2.237
Fundo de Troco		429	419
		<u>3.232</u>	<u>3.190</u>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>		<u>379.650</u>	<u>335.529</u>

(\*) Fonte: Agência Moody's - 06/2014

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>30 de junho de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
Caixa geral	1.050	534
Bancos conta movimento	1.578	4.922
Numerário em trânsito (i)	1.753	2.237
Fundo de troco	429	419
Aplicações financeiras (ii)	166.830	48.648
	<u>171.640</u>	<u>56.760</u>

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente.
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissadas e fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 97,0% e 103,0% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

**8 Aplicações financeiras**

	<b>30 de junho de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
BTG Pactual	208.010	212.304
Caixa Economica Federal		66.465
	<u>208.010</u>	<u>278.769</u>

Referem-se a fundos de investimentos, remunerados a taxas de 102,5% do CDI.

A Companhia deverá utilizar os recursos referentes às aplicações financeiras exclusivamente para ampliações e melhoramentos no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, com base nas projeções divulgadas pela Companhia.

**9 Contas a receber**

	<b>30 de junho de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
CGMP	31.270	34.016
DBTRANS Ltda.	1.162	1.201
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	863	862
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar")	151	135
Outras contas a receber	289	233
	<u>33.735</u>	<u>36.447</u>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

**10 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<b>30 de junho de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa (ii)	126.912	106.732
Amortização da outorga	1.619	1.619
Benefício fiscal (ágio) (i) e (ii)	166.590	176.389
Outras diferenças temporárias	1.505	1.566
	<u>296.626</u>	<u>286.306</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Amortização do Intangível (curva do tráfego)	58.445	48.049
Margem de construção	4.457	3.926
Encargos financeiros	17.616	17.616
Outras diferenças temporárias	27.431	24.855
	<u>107.949</u>	<u>94.446</u>
	<b>30 de junho de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
<b>Tributos diferidos líquidos</b>		
Tributos diferidos ativos	296.626	286.306
Tributos diferidos passivos	(107.949)	(94.446)
	<u>188.677</u>	<u>191.860</u>

A variação líquida do semestre findo em 30 de junho de 2014 relativa aos impostos diferidos totalizou um saldo negativo de R\$3.183.

- (i) De acordo com as práticas contábeis já previstas na instrução CVM nº319/99, com a redação dada pela ICPC 09, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu o crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora "OTPP", nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável.

	<b>30 de junho de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	489.970	518.792
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(323.380)	(342.403)
Total do benefício fiscal	<u>166.590</u>	<u>176.389</u>

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia optou por adotar os preceitos das instruções CVM nº 319 e nº 349, apresentando o valor do ágio deduzido de "Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido". A Companhia constituiu essa provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

- (ii) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio a ser amortizado para fins tributários está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação		
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Total
2014		9.799	9.799
2015	1.874	19.599	21.473
2016	10.908	19.599	30.507
2017	18.102	19.599	37.701
2018	25.218	19.599	44.817
2019	32.660	19.599	52.259
2020 em diante	38.150	58.796	96.946
	<u>126.912</u>	<u>166.590</u>	<u>293.502</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

**11 Imobilizado****(a) Composição**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)			30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
		Custo	Depreciação acumulada		Líquido
Máquinas e equipamentos	20	2.091	(942)	1.149	849
Móveis e utensílios	10	424	(111)	313	181
Instalações	10	49		49	5
Veículos	20	1.830	(158)	1.672	762
Obras em andamento		644		644	
Outros		3	(3)		2
		<u>5.041</u>	<u>(1.214)</u>	<u>3.827</u>	<u>1.799</u>

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Movimentação**

	<b>30 de junho de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
Saldo no início do semestre/exercício	1.799	807
(+) Adições	2.603	1.610
(-) Baixas por alienações	(228)	(281)
(-) Depreciação	(347)	(337)
Saldo no final do semestre/exercício	<u>3.827</u>	<u>1.799</u>

**12 Intangível****(a) Composição**

			<b>30 de junho de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
	<b>Custo</b>	<b>Amortização Acumulada</b>		<b>Líquido</b>
<b>Intangível em infraestrutura (i)</b>				
Edifícios e instalações	257.422	(18.446)	238.976	239.643
Pavimentações e conservação especial	385.298	(25.534)	359.764	345.932
Hardware equipamentos de pedágio	64.723	(7.682)	57.041	56.790
Demais melhorias e aplicações	284.435	(6.339)	278.096	211.630
Desapropriações	103.212	(2.030)	101.182	100.473
Máquinas e equipamentos	3.164	(541)	2.623	2.580
Móveis e utensílios	1.950	(231)	1.719	1.552
Veículos	1.440	(80)	1.360	2.024
Meio ambiente e elementos de segurança	30.744	(1.441)	29.303	25.913
Obras em andamento	174.371		174.371	114.227
	<u>1.306.759</u>	<u>(62.324)</u>	<u>1.244.435</u>	<u>1.100.764</u>
<b>Outros intangíveis (ii)</b>				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(153.539)	1.183.699	1.197.617
Softwares adquiridos de terceiros (*)	716	(292)	424	420
	<u>1.337.954</u>	<u>(153.831)</u>	<u>1.184.123</u>	<u>1.198.037</u>
	<u>2.644.713</u>	<u>(216.155)</u>	<u>2.428.558</u>	<u>2.298.801</u>

(\*) A taxa utilizada para amortização de Softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

**(i) Intangível – Infraestrutura**

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de tráfego (Nota 3 (e)) visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(ii) Outros intangíveis**

Direito de outorga correspondente à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de tráfego (Nota 3 (e)) limitado ao tempo do contrato. Este montante foi ajustado a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

**(b) Movimentação**

	<u>Infraestrutura</u>	<u>Direito de outorga</u>	<u>Software (*)</u>	<u>Total</u>
Custo	1.152.121	1.337.238	643	2.490.002
Amortização acumulada	(51.357)	(139.621)	(223)	(191.201)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.100.764</b>	<b>1.197.617</b>	<b>420</b>	<b>2.298.801</b>
Aquisições	156.111		73	156.184
Baixas, líquidas de amortização	(1.473)			(1.473)
Amortização	(10.967)	(13.918)	(69)	(24.954)
Saldo contábil	1.244.435	1.183.699	424	2.428.558
Custo	1.308.232	1.337.238	716	2.646.186
Baixas, líquidas de amortização	(1.473)			(1.473)
Amortização acumulada	(62.324)	(153.539)	(292)	(216.155)
<b>Saldo em 30 de junho de 2014</b>	<b>1.244.435</b>	<b>1.183.699</b>	<b>424</b>	<b>2.428.558</b>

(\*) Taxa utilizada para amortização de Software é de 20% a.a.

**13 Empréstimos e Debêntures**

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32%	370.547	341.986
Empréstimo BNDES (a)	R\$	IPCA + 9,60%	23.476	30.663
Empréstimo BNDES (a)	R\$	IPCA + 8,66%	27.897	32.517
Empréstimo Banco HSBC (b)	R\$	CDI - Over + 1,20%	72.329	
Debêntures (c)	R\$	IPCA + 9,57%	1.474.880	1.421.131
Custos a amortizar (d)	R\$		(38.466)	(40.695)
			1.930.663	1.785.602
(-) Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos			(126.756)	(55.873)
Debêntures			(116.532)	(97.132)
			(243.288)	(153.005)
Passivo não circulante			1.687.375	1.632.597
			(1.930.663)	(1.785.602)



**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(a) BNDES**

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a.

A composição das liberações da operação do empréstimo junto ao BNDES em 30 de junho de 2014 está apresentada da seguinte forma:

<b>Liberação</b>	<b>Principal</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Encargos (% a.a.)</b>	<b>30 de junho de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
ago/10	175.364	*	TJLP + 2,32%	132.543	141.612
dez/10	30.000	abr/23	TJLP + 2,32%	27.971	29.561
mar/11	34.103	abr/23	TJLP + 2,32%	31.797	33.603
out/11	13.963	mai/22	IPCA + 9,60%	14.788	19.370
out/11	3.616	abr/23	TJLP + 2,32%	3.372	3.563
out/11	3.371	abr/21	TJLP + 2,32%	2.431	2.610
out/11	632	abr/23	TJLP + 2,32%	589	623
nov/11	8.238	mai/22	IPCA + 9,60%	8.688	11.293
fev/12	20.959	abr/25	TJLP + 2,32%	21.274	21.278
fev/12	4.888	abr/21	TJLP + 2,32%	3.654	3.922
fev/12	24.099	abr/23	TJLP + 2,32%	22.469	23.746
mar/12	5.985	abr/23	TJLP + 2,32%	5.580	5.897
mar/12	8.544	abr/21	TJLP + 2,32%	6.446	6.919
nov/12	2.783	abr/21	TJLP + 2,32%	2.266	2.432
nov/12	15.406	abr/23	TJLP + 2,32%	14.365	15.181
nov/12	2.695	abr/25	TJLP + 2,32%	2.735	2.736
nov/12	3.274	jul/18	TJLP + 2,32%	2.363	2.653
dez/12	9.453	abr/25	TJLP + 2,32%	9.596	9.597
dez/12	28.093	mai/22	IPCA + 8,66%	27.897	32.517
dez/13	11.373	abr/21	TJLP + 2,32%	10.627	11.384
dez/13	21.959	abr/23	TJLP + 2,32%	20.840	21.981
dez/13	2.687	abr/25	TJLP + 2,32%	2.726	2.688
mai/14	9.358	abr/21	TJLP + 2,32%	9.271	
mai/14	27.479	abr/23	TJLP + 2,32%	27.297	
mai/14	9.706	abr/25	TJLP + 2,32%	9.779	
mai/14	567	jul/18	TJLP + 2,32%	556	
<b>Total liberado</b>	<b>478.595</b>			<b>421.920</b>	<b>405.166</b>

(\*) O montante de R\$ 175.364 liberado em agosto de 2010 tem os seguintes vencimentos: R\$ 22.222 em abril/23, R\$ 4.217 em abril/25 e o restante de R\$ 148.925 em abril/21.

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados a realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

**(b) Banco HSBC**

Em 14 de março de 2014, a Companhia contratou linha de crédito de curto prazo junto ao Banco HSBC no montante de R\$ 70.000 com uma taxa de correção monetária anual de CDI-Over 100% + 1,2% a.a. com a primeira amortização prevista para 14 de julho de 2014 no montante de R\$ 49.000 e a segunda amortização prevista para 14 de janeiro de 2015 no montante de R\$ 21.000.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Debêntures**

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

No dia 16 de julho de 2012, a Companhia pagou aos debenturistas de ambas as séries um total de R\$ 13.190 referente ao prêmio de 1% do saldo devedor das debêntures em contrapartida à concordância com as alterações contratuais.

A composição da operação da escrituração de debêntures aberto em 30 de junho de 2014 está apresentada da seguinte forma:

<u>Liberação</u>	<u>Série</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos (% a.a.)</u>	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
junho-10	1º série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57%	720.192	728.329
junho-10	2º série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57%	754.688	692.802
					1.474.880	1.421.131

O valor nominal unitário atualizado das debêntures de primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

<u>Datas de Amortização da Primeira Série</u>	<u>(i)</u>	<u>Datas de Amortização da Segunda Série</u>	<u>(ii)</u>
janeiro de 2013	0,50%	julho de 2013	1,00%
janeiro de 2014	0,50%	julho de 2014	1,00%
janeiro de 2015	3,00%	julho de 2015	2,00%
janeiro de 2016	4,00%	julho de 2016	4,00%
janeiro de 2017	3,00%	julho de 2017	5,00%
janeiro de 2018	5,00%	julho de 2018	3,00%
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2023	19,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2024	23,00%

(i) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da primeira série a ser amortizado

(ii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da segunda série a ser amortizado

O vencimento da primeira parcela das debêntures da primeira série foi alterado, neste 3º aditivo, para 15 de janeiro de 2013. Nesta data houve liquidação de R\$ 2.750, referente a primeira parcela do principal, juntamente com juros e correção monetária incorrida sobre o saldo total no montante de R\$ 60.884.

Em 15 de julho de 2013, a Companhia liquidou R\$ 5.500 referente à primeira parcela do principal da segunda série das debêntures, juntamente com juros e correção monetária no montante de R\$ 63.162.

Em 15 de janeiro de 2014, a Companhia liquidou R\$ 2.750 referente à segunda parcela do principal da primeira série das debêntures, juntamente com juros e correção monetária no montante de R\$ 65.125.

**(d) Custos de captação**

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			<b>30 de junho de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
	<b>Debêntures</b>	<b>BNDES</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Saldo no início do semestre/exercício	37.577	3.118	40.695	45.062
(-) Amortizações	(1.896)	(333)	(2.229)	(4.367)
Saldo no final do semestre/exercício	<u>35.681</u>	<u>2.785</u>	<u>38.466</u>	<u>40.695</u>

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	<b>Debêntures</b>	<b>BNDES</b>	<b>Total</b>
2015	2.001	277	2.278
2016	4.046	500	4.546
2017	4.095	422	4.517
2018	4.104	344	4.448
2019	4.181	265	4.446
2020	4.110	184	4.294
2021	3.761	109	3.870
2022	2.994	55	3.049
2023	1.956	17	1.973
2024 em diante	<u>523</u>	<u>6</u>	<u>529</u>
	<u>31.771</u>	<u>2.179</u>	<u>33.950</u>

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Prazo de vencimento**

O montante das operações das debêntures e BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<b>30 de junho de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
2015	33.171	71.889
2016	103.357	95.511
2017	103.386	95.545
2018	103.158	95.379
2019	92.272	84.999
2020	148.277	138.767
2021	194.206	183.219
2022	271.887	257.985
2023	289.112	275.858
2024 em diante	348.549	333.445
	<u>1.687.375</u>	<u>1.632.597</u>

**(i) Garantias**

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

**(ii) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)**

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 30 de junho de 2014.

**14 Saldos e transações com partes relacionadas****(a) Composição**

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado e investimentos do semestre findo em 30 de junho de 2014 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Receitas</b>	<b>Serviços prestados</b>
Consórcio Corredor Dom Pedro I (i) OTP (ii)		316.324		34.336
Em 30 de junho de 2014		<u>316.324</u>		<u>34.336</u>
Em 31 de dezembro de 2013	135	292.741	500	218.558

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

##### (i) Consórcio Corredor Dom Pedro I

O Consórcio Corredor Dom Pedro I, formado pelas coligadas Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO Brasil") e a CNO, detém todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações sobre o contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

O valor da transação com o Consórcio Corredor Dom Pedro I refere-se ao investimento realizado pela Companhia, no semestre findo em 30 de junho de 2014, para manutenção e ampliação do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

##### (ii) OTP

Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo no valor total de até R\$ 300.000 com sua controladora, sendo que nessa mesma data ocorreu o desembolso no valor de R\$ 110.000, atualizado pela variação acumulada do índice de inflação mais juros remuneratórios de 6,70% a.a.

Em 29 de novembro de 2013, a Companhia recebeu o saldo residual referente ao valor total do contrato de mútuo celebrado com sua controladora. A atualização dos valores liberados na segunda série utilizará os mesmos já aplicados à primeira série.

Este contrato está subordinado às debêntures e ao financiamento do BNDES, conforme 3º aditivo da escritura de debêntures aprovado pelos debenturistas em 10 de julho de 2012.

O pagamento dos juros será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a primeira ocorrerá no segundo semestre de 2014 e a liquidação do valor total do mútuo, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025.

Os recursos captados através desta operação de mútuo deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para ampliações e melhoramentos no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

##### (b) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, totalizaram os montantes de R\$ 1.716 e R\$ 1.307, respectivamente.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 15 Contingências e provisões para causas judiciais

A Companhia é parte envolvida em expedientes trabalhistas, cíveis e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta passivo no montante de R\$ 401 relacionado às contingências trabalhistas e previdenciárias e R\$ 84 em reclamações cíveis, respectivamente, baseado na expectativa dos seus assessores jurídicos.

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 3.003 em 30 de junho de 2014 (em 31 de dezembro de 2013 R\$ 3.665).

#### 16 Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela OTP e indiretamente pela Odebrecht S.A. ("ODB").

##### (b) Reserva de lucros

###### (i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

###### (ii) Reserva de dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, foi calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2013 a investidora OTP, representante de 100% do capital social da Companhia, formalizou à Administração da Companhia a sua intenção de aprovar a não distribuição de dividendo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**17 Receita**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de obra de infraestrutura (i)	156.111	80.385
Receita de operação		
Receitas em numerário	70.930	69.272
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	179.129	152.723
Receitas de vale pedágio (iii)	16.073	20.957
Outras receitas	<u>2.116</u>	<u>2.253</u>
	<u>268.248</u>	<u>245.205</u>
Receita total	<u>424.359</u>	<u>325.590</u>
Tributos sobre serviços de operação	<u>(23.278)</u>	<u>(21.277)</u>
	<u>401.081</u>	<u>304.313</u>

(i) A Companhia reconheceu, nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013, R\$ 156.111 e R\$ 80.385, respectivamente como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contra prestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

(ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.

(iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

**Reajuste da tarifa de pedágio**

No dia 24 de junho de 2013, o governador do Estado de São Paulo anunciou o cancelamento do reajuste do valor das tarifas de pedágio previsto para ocorrer anualmente em 1º de julho, conforme contrato firmado entre o governo e a Companhia. Contudo, também foram anunciadas duas medidas: (i) em 22 de julho de 2013, foi editado pela Secretaria Estadual de Logística e Transportes, a Resolução nº 04, que deliberou a cobrança de pedágio sobre todos os eixos dos veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo, que passou a vigorar, conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, a partir de 28 de julho de 2013; (ii) em 27 de julho de 2013, o Conselho Diretor da ARTESP autorizou o não recolhimento de 1,5%, dos 3% de outorga variável determinada em contrato, referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013.

Em 14 de dezembro de 2013, esta determinação foi prorrogada por prazo indeterminado pelo Conselho Diretor da ARTESP, quanto ao não recolhimento de 1,5%, qual seja 50% da outorga variável.

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**18 Custos dos serviços**

Os custos dos serviços prestados referentes aos semestres findos em 30 de junho são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo de operação		
Amortização do direito de outorga	(13.920)	(10.487)
Depreciação, amortização do intangível	(11.381)	(6.375)
Provisão de conserva especial	(282)	(255)
Gerenciamento, manutenção e conservação da Rodovia	(10.156)	(8.416)
Salários	(11.902)	(7.461)
Outorga variável	(4.023)	(7.356)
Gastos gerais	(5.452)	(4.601)
Serviços de terceiros	(2.786)	(2.173)
Seguros	(2.245)	(2.909)
Atendimento pré hospitalar	(2.445)	(2.328)
Guincho	(2.415)	(2.183)
Materiais	(1.486)	(702)
	<u>(68.493)</u>	<u>(55.246)</u>
Custos de obra de infraestrutura	<u>(154.550)</u>	<u>(79.581)</u>
	<u><u>(223.043)</u></u>	<u><u>(134.827)</u></u>

**19 Resultado financeiro, líquido**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre empréstimos	(141.400)	(126.552)
Juros e variação monetária sobre mútuo	(23.152)	
IOF sobre empréstimos tomados	(774)	(307)
Comissões bancárias sobre empréstimos	(1.733)	(701)
Outras	(2.833)	(118)
	<u>(169.892)</u>	<u>(127.678)</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	<u>16.689</u>	<u>7.528</u>
	<u><u>(153.203)</u></u>	<u><u>(120.150)</u></u>



**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**20 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro****Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes dos impostos	9.598	35.362
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	<u>(3.263)</u>	<u>(12.023)</u>
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(31)	(8)
Outros	<u>111</u>	<u></u>
Total de IR e CSLL diferidos	<u><u>(3.183)</u></u>	<u><u>(12.031)</u></u>

**21 Despesas gerais e administrativas**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários	(7.293)	(7.152)
Serviços de terceiros	(3.344)	(1.192)
Gastos gerais	(1.896)	(1.418)
Outros	<u>(384)</u>	<u>(2.887)</u>
	<u><u>(12.917)</u></u>	<u><u>(12.649)</u></u>

**22 Seguros**

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

**Notas Explicativas****Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2014, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

<b>Modalidade</b>	<b>Seguradora</b>	<b>Vigência até</b>	<b>Cobertura</b>
Risco de Engenharia	Zurich	31/03/2015	93.527
Risco de Engenharia	Zurich	30/06/2014	21.740
Garantia de Concessões Públicas (***)	AIG	30/06/2014	177.541
Garantia de Concessões Públicas (***)	AIG	30/06/2014	110.522
Seguro de Rodovia (***)	Itaú	30/06/2014	182.500
Responsabilidade Civil (***)	Itaú	30/06/2014	65.950
Seguro de Veículo	Tokio	30/09/2014	(*)
Seguro de Veículo	Itaú	26/09/2014	(**)
Risco de Engenharia	Zurich	30/05/2015	6.295
Risco de Engenharia	Zurich	30/03/2016	38.802
Risco de Engenharia	Zurich	30/05/2015	9.303
Seguro de Veículo	Tokio	30/09/2014	834
Responsabilidade Civil Diretores	AIG	01/06/2015	40.000

(\*) 110% da Tabela FIPE

(\*\*) 100% da Tabela FIPE

(\*\*\*) As apólices de seguros com vencimento em 30 de junho de 2014 foram renovadas com as respectivas seguradoras e possuem vigência até 30 de junho de 2015.

**23 Lucro por ação****Básico**

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os semestres findos em 30 de junho.

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Lucro líquido do semestre	6.415	23.331
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.800	556.800
Lucro básico por lote de mil ações	<u>11,52</u>	<u>41,90</u>

**(a) Diluído**

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 24 Eventos subsequentes

##### Reajuste de tarifa de pedágio

A partir de 1º de julho de 2014, entrarão em vigor as novas tarifas de pedágio nas rodovias administradas pela Companhia. O reajuste nas tarifas de pedágio foi de 6,3749% e foi autorizado em 27 de junho de 2014 pela ARTESP, através de Deliberação do seu Conselho Diretor, e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

##### Pagamentos das Debêntures

Em 15 de julho de 2014, a Companhia liquidou a quarta parcela referente à segunda série das debêntures no montante de R\$ 73.305.

##### Liquidação parcial dos empréstimos do banco HSBC

Em 14 de julho de 2014, a Companhia liquidou parcialmente a CCB contratada junto ao banco HSBC no montante de R\$ 50.861.

\* \* \*

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

### Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

COMPARATIVO ORÇADO X REALIZADO	2º TRIMESTRE DE 2014 (2T14)			
	REALIZADO	PROJETADO	Δ R\$	Δ %
Highlights Financeiros (R\$ milhares)				
RECEITA LÍQUIDA	205.096	160.842	44.254	27,5%
EBITDA	91.503	92.134	(631)	-0,7%
CAPEX	(107.023)	(38.245)	(68.778)	179,8%
Dívida Total	2.246.987	2.279.609	(32.622)	-1,4%
Caixa e equivalentes / Aplicações Financeiras	379.650	352.747	26.903	7,6%
Dívida Líquida	1.867.337	1.926.862	(59.525)	-3,1%
Patrimônio Líquido	762.519	747.889	14.630	2,0%

#### Receita Líquida

Realizou acima do projetado no 2º trimestre de 2014, devido principalmente ao aumento na rubrica de receita de construção, reflexo da realização de obras de infraestrutura postergada no 1º trimestre de 2014.

#### CAPEX

O realizado ficou acima do projetado por conta da alteração do cronograma de investimentos, onde parte das obras de infraestrutura do 1º trimestre de 2014 foram postergadas para trimestres posteriores.

#### Caixa e Equivalentes

Realizou acima do projetado, em decorrência de ingresso de financiamento não previsto para o trimestre.

Os demais itens projetados não apresentaram variações significativas com os valores realizados no segundo trimestre de 2014.

*Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 29/05/2014.*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 31 de julho de 2014

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Felipe Edmond Ayoub

Contador CRC 1SP187402/O-4

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014.

Itatiba, 31 de julho de 2014.

Júlio Cesar Duarte Perdigão

Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha

Diretor-Administrativo, Financeiro e de

Relação com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014.

Itatiba, 31 de julho de 2014.

Júlio Cesar Duarte Perdigão

Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha

Diretor-Administrativo, Financeiro e de

Relação com Investidores